

MEC ameaça fechar cursos

■ Portaria dá prazo de seis meses para que 101 faculdades ofereçam ensino de qualidade

PAULO MUSSOI

BRASÍLIA – A proliferação dos cursos de fundo de quintal fez o governo apertar o cerco contra o ensino superior de baixa qualidade. Portaria assinada esta semana pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, exige que 101 faculdades de direito, administração e engenharia civil, 15 localizadas no Estado do Rio de Janeiro, passem por um processo de reavaliação do reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável pelo licenciamento das instituições superiores de ensino. As faculdades que forem reprovadas poderão ser fechadas, e seus alunos remanejados para outras escolas.

A Portaria no 755, assinada terça-feira pelo ministro Paulo Renato, tomou por base os três primeiros anos de atividade do Exame Nacional de Cursos – o provão instituído em 1996 – e visa, antes de mais nada, a fiscalizar o crescimento exagerado dos cursos superiores no país. Só nos últimos três anos, 647 faculdades entraram em funcionamento, a maioria particulares.

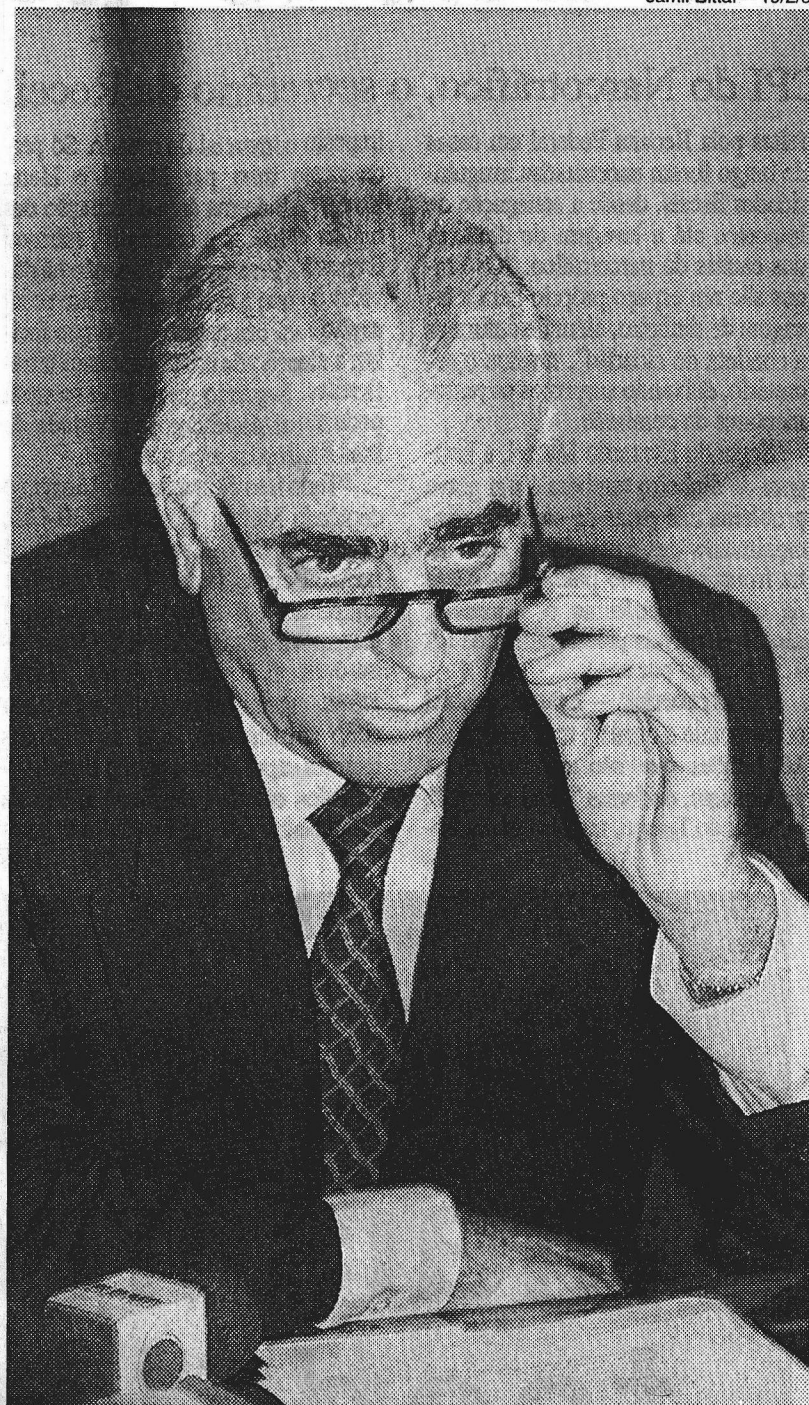
“Quem não mexer na qualidade do seu curso vai fechar”, advertiu ontem o ministro da Educação, ao anunciar a medida durante um seminário que discutiu o impacto do provão sobre a qualidade do ensino superior de graduação.

Os 101 cursos que serão reavaliados foram escolhidos pelos seus baixos desempenhos no provão e nas verificações das comissões de especialistas da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, ao longo dos últimos três anos.

Insuficiência – A lista inclui 53 faculdades de direito, 38 de administração e 10 de engenharia civil que não conseguiram passar dos conceitos D e E – os piores – nas três avaliações a que foram submetidas desde 1996.

A avaliação considerou também classificação seguida das faculdades no conceito CI (Condições Insuficientes) em pelo menos dois dos três critérios de verificação aplicados pelas comissões de especialistas da Secretaria de Ensino Superior. Os itens são qualificação dos professores, projeto pedagógico e instalações físicas.

O fechamento das 101 faculdades que não passaram no crivo do MEC afetaria um total 90 mil universitários em todo o país – 66,5 mil estudantes de



Paulo Renato disse que MEC será mais rigoroso com ensino particular

direito, 17 mil de administração e 6,5 mil de engenharia civil. O objetivo do governo, entretanto, é usar a reavaliação do reconhecimento para obrigar as faculdades a sanarem suas deficiências e concluir a adaptação às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 1996.

Após o término das verificações – que começam imediatamente e têm prazo de 30 dias para conclusão –, os cursos que continuarem apresentando rendimento insatisfatório terão seis meses para corrigir suas deficiências,

antes da decisão final do Conselho Nacional de Educação.

“Não estamos trabalhando para fechar escolas, mas para melhorar a qualidade do ensino. Acredito que dos 101 cursos em questão, apenas seis ou sete serão efetivamente fechados” disse em Brasília o chefe de gabinete do Ministério da Educação, Edson Machado de Souza, um dos maiores especialistas do MEC em ensino superior.

“Quando foram feitos os provões e as visitas de verificação das condições de oferta dos cursos, os alunos e as co-

missões de especialistas fizeram recomendações específicas, apontando as deficiências de cada curso. Na prática, o que fazemos hoje com essa medida é verificar se essas recomendações foram realmente cumpridas”, afirmou no Rio o ministro Paulo Renato.

Para conceder a renovação do reconhecimento das faculdades, as comissões técnicas da Secretaria de Ensino Superior levarão em conta a qualificação do corpo docente, a organização didático-pedagógica dos cursos e as instalações físicas, especialmente bibliotecas e laboratórios.

Os relatórios das comissões levarão em consideração, também, as respostas dadas pelos graduandos ao questionário-pesquisa dos provões, no qual têm feito críticas e sugestões sobre a qualidade do curso que frequentam.

Segundo Edson Machado, no caso de um curso ter a renovação do reconhecimento negada, os alunos não serão prejudicados. “Haverá uma intervenção direta do MEC para que todos sejam remanejados para outras instituições. É um compromisso”, disse. A operação, acrescentou, não acarretaria uso de recursos do governo. “Teríamos apenas o trabalho burocrático de negociação com outras faculdades. O MEC não vai gastar um centavo”, disse.

Mais rigor – A preocupação do governo em tornar mais rigoroso o controle e a fiscalização das faculdades particulares traduz-se no banco de dados da Secretaria de Ensino Superior. Nos últimos três anos, o MEC recebeu 5.257 pedidos de licença para abertura de cursos. Autorizou apenas 647, que significaram 59.577 novas vagas no ensino superior.

Só em 1998, foram autorizados a funcionar 334 novos cursos, de um total de 760 solicitados. “A demanda tem sido grande”, reconhece o secretário de Educação Superior do MEC, Abílio Baeta Neves.

No ano 2000, a lista de faculdades que poderão ser reavaliadas de acordo com os resultados do provão será acrescida de escolas de engenharia química, veterinária e odontologia. Esses são os cursos que começaram a ser testados no segundo ano de vigência do provão e passarão pela terceira avaliação consecutiva no exame deste ano, marcado para 13 de junho. No ano que vem, passarão pelo mesmo processo os cursos de engenharia elétrica, letras, jornalismo e matemática.

Jamil Bittar – 19/2/98